

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.733 - SP (2019/0329053-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**  
**ADVOGADOS** : **ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO E OUTRO(S) - SP237754**  
: **FRANCIS QUEIROZ PAES - SP394625**  
**RECORRIDO** : **ELIANE SHIAO ZU WU LIN**  
**ADVOGADO** : **MARCIO DA CUNHA LEOCÁDIO - SP270892**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ fl. 198):

PLANO DE SAÚDE - Negativa de tratamento de fertilização *in vitro* - Improcedência decretada - Abusividade reconhecida - Tratamento incluído no rol de procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos de saúde - Art. 35-C, da Lei 9.656/98 e art.8º, da Res. 387/2015, ANS - Recurso provido.

Nas razões do especial (e-STJ fls. 205/222), a recorrente alega a violação dos arts. 10, III, e 35-C, III, da Lei n. 9.656/1998.

Sustenta a impossibilidade de cobertura, pelo plano de saúde, de tratamento para a infertilidade (fertilização *in vitro*).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 227/233).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 234/235).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

Ao assegurar o custeio do tratamento pleiteado pela autora, o Tribunal local decidiu em confronto com o recente entendimento desta Corte Superior a respeito da matéria. Confira-se a fundamentação do acórdão recorrido (e-STJ fl. 201):

Não se desconhece a existência de entendimento diverso oriundo do C. Superior Tribunal de Justiça, porém deixa-se de aplica-lo porque não se cuida, ainda, de julgado de caráter repetitivo, portanto, de seguimento obrigatório, valendo decisões antagônicas, como forma contribuir para o debate da questão, eventual reanálise da jurisprudência, como já ocorreu em outros temas.

De qualquer modo, é certo que independentemente das cláusulas avençadas, a proteção ao adquirente de plano de saúde deve ser ampla a ponto de garantir o efetivo amparo de sua integridade física e psíquica, sob pena de se negar validade ao próprio objetivo do contrato, que é propiciar ao consumidor tranquilidade no que diz respeito à assistência médico- hospitalar.

Além disso, o procedimento está expressamente indicado pelo relatório médico de fl. 20 e vislumbra- se situação de urgência a autorizar o pronto atendimento, por se tratar de paciente com idade avançada para o desenvolvimento de gravidez, o que torna a autora merecedora de amparo.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a

fertilização *in vitro* não possui cobertura obrigatória, razão pela qual, na ausência de previsão contratual, deve ser afastado o dever de custeio do tratamento pela operadora do plano de saúde.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO PARA AFASTAR A OBRIGAÇÃO DE CUSTEIO DO TRATAMENTO E JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDANTE.

1. A jurisprudência desta Corte Superior tem se orientado no sentido de que a operadora de plano de saúde não está obrigada a proceder à cobertura financeira do tratamento de fertilização *in vitro* requerido pela beneficiária, na hipótese de ausência de previsão contratual, uma vez que tal procedimento não se confunde com o "planejamento familiar" de cobertura obrigatória, nos termos do inciso III do artigo 35-C da Lei 9.656/98. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.748.518/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 3/6/2019, DJe 6/6/2019.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. FERTILIZAÇÃO IN VITRO. OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. INEXISTÊNCIA. ABUSIVIDADE NÃO CONSTATADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça, inexistindo previsão contratual expressa, não há obrigatoriedade para as operadoras de planos de saúde custearem tratamento de fertilização *in vitro*.

2. O posicionamento adotado por esta Corte Superior firmou-se mesmo após a edição da Lei 11.935/2009 que incluiu o inciso III no art.

35-C da Lei 9.656/1998, estabelecendo a obrigatoriedade de atendimento nos casos de planejamento familiar pelos planos de saúde, pois a regulamentação normativa pela ANS, por força da citada lei, confirmou expressamente a exclusão prevista pelo art. 10, III, da Lei 9.656/1998, como pode ser visto das Resoluções Normativas 192/2009 e 387/2015 da ANS.

3. As seguradoras de planos de saúde não podem ser compelidas a custear todo e qualquer procedimento médico referente ao termo planejamento familiar, pois atingiria o equilíbrio econômico-financeiro, trazendo prejuízos aos demais segurados, bem como para a higidez do sistema privado de suplementação de saúde.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.788.114/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/5/2019, DJe 24/5/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. FERTILIZAÇÃO IN VITRO. NEGATIVA DE COBERTURA. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a fertilização *in vitro* não possui cobertura obrigatória, de modo que, na hipótese de ausência de previsão contratual, é impositivo o afastamento do dever de custeio do mencionado tratamento pela operadora do plano de saúde.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.247.888/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2018, DJe 6/12/2018.)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DA SAÚDE SUPLEMENTAR. AÇÃO DE

OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. INFERTILIDADE. PLANEJAMENTO FAMILIAR. INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. EXCLUSÃO DE COBERTURA. ABUSIVIDADE. NÃO CONFIGURADA. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. RESOLUÇÕES NORMATIVAS. FUNDAMENTO NA LEI 9.656/98 - LEI DOS PLANOS DE SAÚDE - LPS.

1. Ação ajuizada em 29/11/16. Recurso especial interposto em 31/07/18 e concluso ao gabinete em 21/02/19.
2. O propósito recursal é definir se a inseminação artificial por meio da técnica de fertilização in vitro deve ser custeada por plano de saúde.
3. A Lei 9.656/98 (LPS) dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde e estabelece as exigências mínimas de oferta aos consumidores (art. 12), as exceções (art. 10) e as hipóteses obrigatórias de cobertura do atendimento (art. 35-C).
4. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com a autorização prevista no art. 10, §4º, da LPS, é o órgão responsável por definir a amplitude das coberturas do plano-referência de assistência à saúde.
5. A Resolução Normativa 387/2015 da ANS, aplicável à hipótese concreta, define planejamento familiar como o "conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal" (art. 8º, I).
6. Aos consumidores estão assegurados, quanto à atenção em planejamento familiar, o acesso aos métodos e técnicas para a concepção e a contracepção, o acompanhamento de profissional habilitado (v.g. ginecologistas, obstetras, urologistas), a realização de exames clínicos e laboratoriais, os atendimentos de urgência e de emergência, inclusive a utilização de recursos comportamentais, medicamentosos ou cirúrgicos, reversíveis e irreversíveis em matéria reprodutiva.
7. A limitação da lei quanto à inseminação artificial (art. 10, III, LPS) apenas representa uma exceção à regra geral de atendimento obrigatório em casos que envolvem o planejamento familiar (art. 35-C, III, LPS). Não há, portanto, abusividade na cláusula contratual de exclusão de cobertura de inseminação artificial, o que tem respaldo na LPS e na RN 387/2015.
8. Recurso especial conhecido e provido.  
(REsp 1.795.867/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 4/4/2019.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedente a ação, restabelecendo a sentença.

Publique-se e intimem-se.

Brasília - DF, 22 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator